

GRUPO VIDA - BRASIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros do
Grupo Vida - Brasil
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo Vida - Brasil, ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupo Vida - Brasil, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de janeiro de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132.091/0-1

GRUPO VIDA - BRASIL

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4	1.099.578	1.065.684	Fornecedores		17.655	848
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	4	392.592	471.542	Obrigações sociais e fiscais	7	311.228	67.869
Contas a receber		-	1.400	Provisão de férias e encargos		407.982	312.382
Estoques	5	56.854	57.196	Provisões rescisórias	8	590.710	547.121
Adiantamentos férias		31.074	28.065	Outras contas a pagar		33.856	106.217
Despesas antecipadas		1.286	1.176			<u>1.361.432</u>	<u>1.034.437</u>
		<u>1.581.384</u>	<u>1.625.063</u>	Não circulante			
Não circulante				Provisão para demandas judiciais	9	5.000	116.000
Depósitos judiciais		4.000	4.000			<u>5.000</u>	<u>116.000</u>
Imobilizado	6	193.034	135.074	Patrimônio líquido			
Intangível		2.450	5.787	Patrimônio social	10	414.436	619.487
		<u>199.484</u>	<u>144.861</u>			<u>414.436</u>	<u>619.487</u>
Total do ativo		<u><u>1.780.868</u></u>	<u><u>1.769.924</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido			
						<u><u>1.780.868</u></u>	<u><u>1.769.924</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas operacionais			
Com restrição			
Receita contrato de gestão	11	6.650.615	5.919.564
Convênios públicos		-	83.760
Financeiras	16	66.013	69.884
Trabalho voluntário	3.9 14	318.638	305.002
Aluguel gratuidade	3.9	240.000	240.000
Sem restrição			
Receitas de doações e captação	13	287.660	156.372
Financeiras	16	19.740	25.905
Total de receitas operacionais		<u>7.582.666</u>	<u>6.800.487</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(5.508.114)	(4.528.532)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.610.974)	(1.441.746)
Despesas com depreciação e amortização	15	(24.273)	(35.230)
Financeiras	16	(85.718)	(17.081)
Trabalho voluntário	3.9 14	(318.638)	(305.002)
Aluguel gratuidade	3.9	(240.000)	(240.000)
Total de despesas operacionais		<u>(7.787.717)</u>	<u>(6.567.591)</u>
(Déficit)/superávit do exercício		<u>(205.051)</u>	<u>232.896</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017
(Déficit)/superávit do exercício	(205.051)	232.896
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(205.051)</u>	<u>232.896</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	(Déficit)/superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	386.591	-	386.591
Superávit do exercício	-	232.896	232.896
Incorporação do superávit	232.896	(232.896)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	619.487	-	619.487
Déficit do exercício	-	-	(205.051)
Incorporação do déficit	(205.051)	205.051	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	414.436	205.051	414.436

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
(Déficit)/superávit do exercício	(205.051)	232.896
Ajustes por:		
(+) Despesas com depreciação e amortização	24.273	35.230
(+) Perda na alienação de ativo imobilizado	-	1.048
(+) (Reversão)/constituição de provisão para demandas judiciais	(111.000)	80.000
(Déficit)/superávit ajustado	(291.778)	349.174
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo		
Contas a receber	1.400	5.580
Estoques	342	1.768
Adiantamentos férias	(3.009)	(4.088)
Despesas antecipadas	(110)	2.849
Depósitos judiciais	-	-
Aumento líquido/(diminuição) das contas de passivo		
Fornecedores	16.807	(3.155)
Obrigações sociais e fiscais	243.359	14.208
Provisão de férias e encargos	95.600	15.366
Provisões rescisórias contrato de gestão	43.589	95.367
Outras contas a pagar	(72.361)	103.734
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	325.618	231.629
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(78.896)	(12.250)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(78.896)	(12.250)
(Redução)/aumento líquido de caixa	(45.056)	568.553
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.537.226	968.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.492.170	1.537.226
(Redução)/aumento líquido de caixa	(45.056)	568.554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Grupo Vida - Brasil é uma Entidade civil, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social, que tem por missão "promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania do idoso, valorizando o envelhecimento e a qualidade de vida". Fundada em 1997, o Grupo Vida - Brasil presta serviço gratuito às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Localiza-se na Av. Itaquí, nº 325 - Bairro Jardim Belval - Barueri - SP e sua Matriz fica localizada na Av. Copacabana, 536, sala 3, empresarial 18 do Forte, Barueri, SP.

O Grupo Vida - Brasil tem trabalhado com o objetivo de desmistificar junto à comunidade os preconceitos relacionados ao envelhecimento, além de possibilitar aos idosos avanços quanto à percepção dos seus próprios direitos e deveres, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

Os projetos desenvolvidos têm como foco a saúde física e mental, assistência social, lazer recreativo, cultural e esportivo, e ações socioeducativas, proporcionando-lhes:

- União, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- Resgate da cidadania por meio do conhecimento e do exercício de seus direitos e deveres, valorizando o envelhecimento;
- Desenvolvimento da autoestima, da amizade com a família e a comunidade em um relacionamento de respeito;
- Interação e a colaboração, compartilhamento com Entidades congêneres e com a comunidade;
- Participação de seus integrantes no desenvolvimento de projetos, por meio do lazer, de atividades pedagógicas, físicas, mentais e sociais, no intuito de promover saúde, longevidade e a melhoria da qualidade de vida em locais que permitam a troca de experiências vividas.

A principal fonte de receita são as subvenções da Prefeitura do Município de Barueri, que anualmente libera verbas para manutenção das atividades, avaliando o orçamento e liberando os recursos ao longo do ano.

As ações desenvolvidas pelo Grupo Vida - Brasil têm foco na situação biopsicossocial do idoso, exclusivamente no âmbito da assistência social, sendo que a abordagem dos aspectos de saúde é considerada como meio para o acesso aos direitos sociais e não como fim.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros".

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 14 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.1.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017, incluindo operações de hedge.

3.2. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Prefeitura do Município de Barueri, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Ferramentas e acessórios	10
Equipamentos de informática e comunicação	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Ativos intangíveis

Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.5. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.6. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, em suma, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3.9. Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários e gratuidades.

Os trabalhos voluntários são compostos pelos membros fixos integrantes de órgãos da Administração e Operação sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

O valor de gratuidade, refere-se ao imóvel cedido pela Prefeitura do Município de Barueri para a unidade Residência, valor não pago pela Entidade. Já para a unidade CAPI há aluguel pago mensalmente como despesa. Foram considerados como as principais estimativas para avaliação do preço não pago: (i) o metro quadrado utilizado pela Entidade e (ii) o preço do metro quadro de aluguel da região para escritórios comerciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Com restrição

	2018	2017
Bancos conta movimento	-	197.255
Aplicações financeiras	1.099.578	868.429
	<u>1.099.578</u>	<u>1.065.684</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.

Sem restrição

	2018	2017
Caixa	1.386	1.579
Bancos conta movimento	17.025	8.945
Aplicações financeiras	374.181	461.018
	<u>392.592</u>	<u>471.542</u>

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

As aplicações financeiras - sem restrição estão vinculados às obrigações decorrentes de "Fundos de Multas Rescisórias do FGTS" anteriores a 31 de dezembro de 2014, conforme destacado na Nota Explicativa nº 21.

5. Estoques

	2018	2017
Medicamentos	31.596	31.964
Procedimentos para curativos	25.258	25.232
	<u>56.854</u>	<u>57.196</u>

6. Imobilizado

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
				2018	2017
Móveis e utensílios	10	206.193	(114.042)	92.151	85.008
Máquinas e equipamentos	10	193.129	(112.653)	80.476	34.716
Ferramentas e acessórios	10	962	(962)	-	-
Equipamentos de informática e comunicação	20	86.252	(65.845)	20.407	15.350
		<u>486.536</u>	<u>(293.502)</u>	<u>193.034</u>	<u>135.074</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018
Custo			
Móveis e utensílios	186.280	19.913	206.193
Máquinas e equipamentos	141.572	51.557	193.129
Ferramentas e acessórios	962	-	962
Equipamentos de informática e comunicação	78.826	7.426	86.252
	<u>407.640</u>	<u>78.896</u>	<u>486.536</u>
Depreciação			
Móveis e utensílios	(101.272)	(12.770)	(114.042)
Máquinas e equipamentos	(106.856)	(5.797)	(112.653)
Ferramentas e acessórios	(962)	-	(962)
Equipamentos de informática e comunicação	(63.476)	(2.369)	(65.845)
	<u>(272.566)</u>	<u>(20.936)</u>	<u>(293.502)</u>
	<u>135.074</u>	<u>57.960</u>	<u>193.034</u>

7. Obrigações sociais e fiscais

	2018	2017
INSS a recolher (a)	253.374	19.679
FGTS a recolher	32.853	30.213
IRRF a recolher	12.975	11.155
PIS a recolher	10.256	5.152
Outros	1.770	1.670
	<u>311.228</u>	<u>67.869</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

(a) A Entidade possuía a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), a qual lhe assegurava o direito à isenção quanto à cota patronal. Entretanto, o pedido da renovação da certidão foi indeferido e como efeito imediato, a União passou a efetuar o lançamento tributário. Essa medida foi combatida em juiz, sendo deferida liminar no sentido de proibir a União de cobrar a cota patronal até que seja proferida decisão final quanto à ação. Entretanto, no intervalo entre o ajuizamento da ação e a concessão da liminar, a Entidade foi obrigada a pagar algumas parcelas da cota patronal.

8. Provisões rescisórias

	2018	2017
Aviso prévio lei nº 12.506	32.023	39.396
FGTS sobre aviso prévio lei nº 12.506	3.843	4.728
FGTS referente a multa rescisória 50%	420.131	335.627
Provisão para FGTS rescisório anterior a dez/2014	134.713	167.370
	<u>590.710</u>	<u>547.121</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade optou por contabilizar os valores de R\$ 590.710 (R\$ 547.121 em 2017) referentes à verba de colaboradores vinculados ao contrato de gestão.

9. Provisão para demandas judiciais

Refere-se a demandas judiciais trabalhista, as quais são contabilizadas com base nos relatórios apresentados pelos assessores jurídicos externos da Entidade, classificadas como perdas prováveis. Apresentamos a seguir a movimentação dos saldos em 2018:

	2017	Adições	Baixas	2018
Provisão para demandas judiciais	116.000	-	(111.000)	5.000
	<u>116.000</u>	<u>-</u>	<u>(111.000)</u>	<u>5.000</u>

A Entidade é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade não possui processos com probabilidade de perda possível.

10. Patrimônio social

A Entidade, por ser Entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores e administradores, sob qualquer forma.

Em conformidade com a NBC T - 10.19, item 10.19.2.7 que aprova a resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 877/00, o déficit apresentado, no valor de R\$ 282.380 será agregado ao patrimônio social do Grupo Vida - Brasil.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da Prefeitura, na mesma área de atuação, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

11. Receita contrato de gestão

A seguir, apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando os valores e repasses recebidos pela Entidade, captações próprias, rendimentos financeiros dos recursos, bem como, os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Projeto	Modalidade	Órgão	Valores recebidos e repasses	Captação de recursos próprios (a)	Rendimentos financeiros (b)	Consumo	Déficit em 31/12/2018
Residência, Equilíbrio e Vincular	Contrato de Gestão	Municipal	6.650.615	287.660	85.753	(7.229.079)	(205.051)
			<u>6.650.615</u>	<u>287.660</u>	<u>85.753</u>	<u>(7.229.079)</u>	<u>(205.051)</u>
Projeto	Modalidade	Órgão	Valores recebidos e repasses	Captação de recursos próprios (a)	Rendimentos financeiros (b)	Consumo	Superávit em 31/12/2017
Residência, Equilíbrio e Vincular	Contrato de Gestão	Municipal	5.919.564				
Residência	Termo de Colaboração	Estadual	9.360	156.372	95.789	(6.022.589)	232.896
Residência	Termo de Colaboração	Federal	66.960				
Equilíbrio	Termo de Colaboração	Estadual	7.440				
			<u>6.003.324</u>	<u>156.372</u>	<u>95.789</u>	<u>(6.022.589)</u>	<u>232.896</u>

- (a) A captação de recursos próprios abrange doações de pessoas físicas e jurídicas, receita advinda das vendas dos bazares, reciclagem e eventos, além de saldo de Nota Fiscal Paulista. As receitas são integralmente aplicadas na atividade fim do Grupo Vida - Brasil. Ainda que se refira a montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados, os itens correspondem a receitas sem restrição;
- (b) Os rendimentos financeiros referem-se a rendimento das aplicações financeiras tanto dos recursos vinculados aos projetos (com restrição), quanto do que é receita financeira por aplicação de recursos próprios (sem restrição). É possível identificar a segregação nas demonstrações do resultado. Na tabela acima, foram somados para melhorar a apresentação dos saldos e apresentação da informação do resultado da Entidade ao leitor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento do Contrato e Secretaria de Suprimentos da Prefeitura de Barueri. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2018 foram preparados e encaminhados para a Prefeitura do Município de Barueri, sendo aprovados em 10 de abril de 2018, 10 de julho de 2018 e 10 de outubro de 2018, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais foi enviada em 10 de janeiro 2019.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão nº 696/2014 tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, atendimento com cuidados domiciliares e acolhimento institucional a idosos.

O pagamento do valor é repassado mediante a liberação de parcelas mensais consecutivas, cujo valor é composto de uma parte fixa correspondente a 90% (noventa por cento) do orçamento mensal, e uma parte variável correspondente a 10% (dez por cento) do orçamento mensal, calculada com base na avaliação de indicadores de qualidade.

O Contrato de Gestão foi assinado em 30 de dezembro de 2014, renovado anualmente pelos aditamentos abaixo demonstrados, dando direito de recebimento de novo repasse ao Grupo Vida - Brasil.

	<u>Data</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor</u>
Contrato de gestão 696/2014	30/12/2014	30/12/2014 a 29/12/2015	5.919.564
Aditamento nº 1º - Contrato 231/2015	10/06/2015	10/06 a 29/12/2015	(a)
Aditamento nº 2º - Contrato 600/2015	08/12/2015	08/12 a 29/12/2015	(a)
Aditamento nº 3º - Contrato 634/2015	28/12/2015	30/12/2015 a 29/12/2016	5.919.564
Aditamento nº 4º - Contrato 629/2016	21/12/2016	30/12/2016 a 29/12/2017	5.919.564
Aditamento nº 5º - Contrato 632/2016	22/12/2016	30/12/2016 a 29/12/2017	(a)
Aditamento nº 6º - Contrato 918/2017	27/12/2017	27/12/2017 a 26/12/2018	6.650.615

(a) Os referidos aditamentos não são liberação de repasse, mas, ajuste de cláusulas entre contratante e contratada.

Projetos executados

Para o alcance da missão, a Entidade desenvolveu, em 2018, os programas descritos a seguir:

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (Residência)

Proporciona abrigo e cuidado global a 42 (quantidade mantida de 2017) idosos em situação de risco social e violação de direitos, sem família ou cuja família não dispõe de condições para prestar-lhes o cuidado, dispondo para isso de uma equipe multiprofissional. Durante o ano de 2018 foram atendidos 53 idosos, totalizando 22.386 atendimentos.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (Equilíbrio)

Visa contribuir para um processo de envelhecimento saudável e autônomo, fortalecendo os vínculos familiares e o convívio comunitário. São oferecidos, para mais de 95 (85 em 2017) idosos, atendimento com equipe multidisciplinar, que incluem atividades de rodas de conversa, palestras, passeios, aula de alfabetização, inclusão digital, atividade física, trabalhando diferentes aspectos da vida do idoso, contribuindo para um envelhecimento saudável. Durante o ano de 2018 foram atendidos 128 idosos, totalizando 18.156 atendimentos.

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Idosos (Vincular)

Tem por objetivo prestar assistência/intervenção domiciliar a 85 (75 em 2017) idosos em vulnerabilidade social, especialmente àqueles em condição de dependência parcial ou total, e acompanhamento aos seus familiares, a partir do atendimento social e de saúde de uma equipe multiprofissional e, ainda, os serviços de um cuidador formal capacitado, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Durante o ano foram atendidos 108 idosos, totalizando 18.132 atendimentos.

Ciclo de Orientação a Familiares e Cuidadores de Idosos Dependentes

Ciclo de palestras promovido pelo Grupo Vida - Brasil, desde 2004, com o objetivo de instrumentalizar familiares e cuidadores de idosos a prestar-lhes assistência e cuidados, evitando a busca de abrigo asilar. O projeto é itinerante e foi realizado em 04 municípios (Barueri, Itapevi, Carapicuíba e Osasco), com patrocínio do Programa Visa Causas, com total de 95 participantes.

Sendo tais projetos totalmente gratuitos aos idosos atendidos.

12. Remuneração da Administração e Operação

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo. Bem como, há ainda o uso de mão de obra voluntária na execução dos projetos que o Grupo Vida - Brasil oferece. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2018 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo da Entidade no montante de R\$ 318.638 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.9.

13. Receitas de doações e captações

	2018	2017
Doações pessoa física	14.320	14.076
Doações pessoa jurídica	190.300	1.965
Doação Nota Fiscal Paulista	51.221	91.061
Bazares	21.236	29.897
Outros	10.583	19.373
	<u>287.660</u>	<u>156.372</u>

14. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o superávit/(déficit) do exercício.

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. Segue composição da mensuração do trabalho voluntário:

Classe	Quantidade	Horas ano 2018	Taxa média	2018	2017
Diretoria Executiva	5	492	399,53	196.571	191.934
Conselho Deliberativo	6	120	399,53	47.944	47.004
Conselho Consultivo	7	96	270,48	25.966	25.456
Voluntário	-	216	190,81	41.215	26.332
Técnico	2	163	9,01	1.469	4.775
Assistente	6	765	6,20	4.743	7.316
Estagiário	-	110	6,64	730	2.185
Total		1.962		318.638	305.002

15. Despesas por natureza líquida

a) Classificação por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Água, luz e telefone	(116.729)	(120.348)
Alimentação	(218.116)	(185.187)
Aluguel	(73.800)	(73.385)
Benefícios	(667.194)	(602.074)
Correio	(3.561)	(1.012)
Despesas com depreciação e amortização	(24.273)	(35.230)
Honorários profissionais	(55.946)	(51.526)
Manutenção	(121.974)	(72.938)
Material de consumo	(41.790)	(32.418)
Material de escritório	(20.063)	(18.991)
Material de higiene e limpeza	(130.029)	(128.557)
Material pedagógico/Sócio educativo	(12.336)	(3.871)
Medicamentos e procedimentos	(83.176)	(73.526)
Provisão para demandas judiciais	111.000	(80.000)
Provisões rescisórias contrato de gestão	(148.725)	(189.542)
Salários e ordenados	(3.849.543)	(3.438.895)
Encargos sociais	(991.376)	(476.119)
Reclamações trabalhistas	-	(11.444)
Serviços de terceiros	(359.778)	(331.748)
Outros	(335.952)	(78.697)
	(7.143.361)	(6.005.508)
Despesas com pessoal	(5.508.114)	(4.528.532)
Despesas gerais e administrativas	(1.610.974)	(1.441.746)
Despesas com depreciação e amortização	(24.273)	(35.230)
	(7.143.361)	(6.005.508)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

16. Financeiras

	2018	2017
Rendimentos de aplicações financeiras (com restrição)	66.013	69.884
Rendimentos de aplicações financeiras (sem restrição)	19.714	25.905
Outros	26	-
Receitas	<u>85.753</u>	<u>95.789</u>
Juros e multas de mora (a)	(74.078)	(566)
Despesas e tarifas bancárias	(11.296)	(14.827)
Outros	(344)	(1.688)
Despesas	<u>(85.718)</u>	<u>(17.081)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>35</u></u>	<u><u>78.708</u></u>

(a) A Entidade possuía a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a qual lhe assegurava o direito à isenção quanto à cota patronal. Entretanto, o pedido da renovação da certidão foi indeferido e como efeito imediato, a União passou a efetuar o lançamento tributário. Essa medida foi combatida em juiz, sendo deferida liminar no sentido de proibir a União de cobrar a cota patronal até que seja proferida decisão final quanto à ação. Entretanto, no intervalo entre o ajuizamento da ação e a concessão da liminar, a Entidade foi obrigada a pagar algumas parcelas da cota patronal.

17. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

18. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2018 e 2017.

19. Isenções de contribuição previdenciária

Caso a Entidade não gozasse dessa isenção, a contribuição previdenciária de que trata o artigo 29 da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, correspondente às contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, calculada como se devida fosse, correspondeu ao montante de R\$ 160.008 e R\$ 935.347 nos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente.

Foi lançado como isenção de cota patronal os valores de PIS e INSS de janeiro e fevereiro de 2018. A partir de março de 2018 passou-se a provisionar a cota patronal devido ao indeferimento do CEBAS.

20. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Programa de Integração Social (PIS) sobre as receitas próprias;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras.

21. Fundo de multa rescisória de FGTS

A Entidade realiza suas atividades através de parceria com a Administração Pública e os recursos recebidos anualmente são destinados às despesas correntes, conseqüentemente a Entidade não conseguiu constituir fundos para pagamentos de possíveis multas rescisórias do FGTS em caso de finalização dos Convênios vigentes, uma vez que, à época, os Convênios não previam provisionamento para estas despesas. Dessa forma, a Administração optou em demonstrar através de nota explicativa os valores de R\$ 134.714 atualizados em 2018 (R\$ 167.971 em 2017), referente à multa de FGTS rescisório referente ao período anterior a 31/12/2014, necessários para constituição do respectivo fundo.

22. Seguros (não auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.